

APRESENTAÇÃO

Esta revista resume *papers* elaborados pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca/SP conveniada com a Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande/MS, como exigência de duas disciplinas por nós ministradas: *Serviço Social, Sociedade do Trabalho e Globalização* – Prof^a Dr^a Neide A. de Souza Lehfeld; e *Estado, Governabilidade e Pobreza no Brasil* – Prof^a Dr^a Lilia Christina de Oliveira Martins.

O programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, implantado em 1992, possui como área de concentração “Serviço Social: Trabalho e Sociedade” e como linhas de pesquisa “Serviço Social: Mundo do Trabalho” e “Política, Estado e Sociedade”.

Desta forma, os estudos incluídos nesta edição dirigem-se ao eixo central do programa, procurando compreender melhor os impactos da evolução do processo de globalização então instaurado na vida, no trabalho e no cotidiano de cada cidadão brasileiro. Foram privilegiadas as seguintes temáticas; Globalização e Blocos Econômicos; Globalização e Desemprego, Globalização e espaçamento das Políticas Sociais; Minorias e o processo de globalização; Descentralização e Municipalização; Reformas do Estado, dentre outros.

A Assistência Social é apresentada como estratégia política para se assegurar os mínimos aos brasileiros que, estando abaixo da linha de pobreza ou em processo de desregulamentação do trabalho, a caminho da exclusão social ou já excluídos, necessitam ser considerados como homens e cidadãos de direitos.

No século XIX, falava-se em imperialismo; na segunda metade do século XX, a internacionalização das empresas começou a ganhar cada vez mais força. Nas décadas de 70 e 80, a vanguarda vai para as organizações bancárias e outras instituições financeiras, cujo poder aumenta com a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Nos anos 90, além das multinacionais e dos bancos internacionais, os processos de liberação comercial ganham força, culminando com a criação da Organização Mundial do Comércio. Trata-se de um movimento histórico, cuja essência é o avanço da economia de mercado em todo o planeta, quebrando barreiras territoriais, institucionais, econômicas, políticas e culturais. Surgem novos pólos de poder, formam-se blocos geo-políticos, manifestações de tensão e de acomodação entre os Estados-Nações pré-existentes.

A impressão que temos é o término de uma época e o início de outra completamente e surpreendentemente diferente. Há, dialeticamente, uma tendência à uniformização das coisas, de pessoas e de idéias, ao mesmo tempo que surge a negação desse processo através do estímulo ao localismo, às estratégias de sobrevivência dos regionalismos e dos nacionalismos.

A globalização também cria desafios teóricos de compreensão destas mudanças que aí ocorrem ao trazer a consciência de que o ecossistema está sendo depauperado pela própria atividade de indivíduos, grupos, classes, governos, empresas e corporações. Essa consciência tende a reavivar ideais humanistas e defronta-se com os desafios decorrentes da necessidade de construção de categorias teóricas que os expliquem e os decodifiquem.

Segundo IANNI (1997 : 35)

“no âmbito da globalização, quando começa a articular-se uma totalidade histórico/geográfica mais ampla e abrangente que as conhecidas, abalam-se algumas realidades e interpretações que pareciam sedimentadas. Alteram-se os contrapontos singular e universal, espaço e tempo, presente e passado, local e global, eu e outros, nativo e estrangeiro, ocidental e oriental, nacional e cosmopolita. A despeito de

que tudo parece permanecer no mesmo lugar, tudo muda. O significado e as conotações das coisas, gentes e idéias, modificam-se, estranham-se, transfiguram-se”.

Dentre as características que marcam este processo acelerado de globalização que aí está é o avanço tecnológico e de informatização. Esta revolução tecnológica traz consigo melhoria das condições de vida e conforto à população brasileira, facilidade de comunicação local, regional e internacional. Mas, de forma perversa, traz o aumento do desemprego e da exclusão social.

Pedro DEMO (1997 : 47) afirmou que *“para ganhar a vida, há três caminhos quase sempre combinados: mercado formal, mercado informal, assistência social”*, sendo que esta última é considerada como a mais frágil, pois, frente às dificuldades de inserção no mercado, será sempre residual, seja em nível de atendimento ou em nível de recurso.

Nos tempos atuais, na nossa sociedade, os excluídos não são mais resíduos, ou seja, pequeno número e com possibilidade de serem assistidos. Com a aceleração das mudanças sociais, econômicas e políticas, decorrentes da globalização competitiva financeira, nestes tempos, os excluídos tendem a tornar-se maioria à medida em que o mercado somente inclui aqueles cidadãos que possuam certo nível de qualificação e que apresentem alguma utilidade econômica. A *“geração do emprego”* está com seus dias contados, pois o que se encontra na atualidade é o aumento do desemprego e a precarização das relações trabalhistas no mercado formal. O mercado informal amplia. Contudo, o trabalhador nestas situações difíceis de sobrevivência acaba por aceitar as possibilidades de trabalho imediato sem respaldo quanto aos direitos sociais, legais e previdenciários.

As exigências contemporâneas encontradas para a inserção ao mercado formal de trabalho estão relacionadas principalmente ao maior preparo dos profissionais para qualquer atividade profissional e, ao mesmo tempo, salários mais baixos dos anteriormente pagos a estas mesmas atividades. O mercado é o grande controlador destas situações, frente à fragilidade política e econômica do Estado.

No caso específico brasileiro, a política sócio-econômica ora vigente preconiza os mínimos sociais como diretriz política a ser seguida em todas as esferas e contratos sociais, abrindo o ensejo para discussão das vertentes desta política. Para alguns, trata-se de perenizar a pobreza e exclusão, para outros, trata-se de proporcionar alguma inclusão de indivíduos que vivem à margem do mínimo necessário para a sobrevivência, além de se instituir condições de acesso a direitos sociais e de desenvolvimento da cidadania (SPOSATI, 1997).

A Assistência Social apresenta-se como ações de enfrentamento da pobreza brasileira e aí o quadro se agrava quando esta é percebida como benevolência paliativa, relegada ao plano secundário e marginal no conjunto das políticas sociais.

Carmelita YASBECK (1996 : 35) afirmou que a política social no Brasil tem funcionado de forma incerta, tendo em vista a acomodação das relações entre Estado e sociedade civil e, no contexto das prioridades governamentais, tem tido pouca efetividade social e subordinação a interesses econômicos e políticos.

Conclui-se que se não houver mobilização por parte da maioria da população brasileira excluída do usufruto dos bens e serviços sociais, haverá sim um maior fortalecimento do bloco dominante, o que significará, no contexto da globalização e do projeto neoliberal, mais cortes nos recursos das políticas sociais ainda existentes.

Desta forma, esta publicação objetiva socializar os conteúdos estudados e analisados criticamente, durante os cursos então desenvolvidos nesta Instituição de ensino nos anos 1998 e 1999. Esperamos que as abordagens teóricas construídas possibilitem maior conhecimento e compreensão da nossa realidade. Realidade esta que mostra uma sociedade de desiguais, mas que não perde a esperança utópica de tornar-se justa e que acate sua legislação maior, ou seja, a Constituição Federativa Brasileira.

Professora Doutora Lilia C. O. Martins
Professora Doutora Neide A. de Souza Lehfeld